



**Provas de Acesso ao Ensino Superior
Para Maiores de 23 Anos**

Candidatura de 2010

Exame de HISTÓRIA

Tempo para a realização da prova: 2 horas

Tolerância: 30 minutos

NOTA PRÉVIA: Indique sempre, na folha de prova, o GRUPO e o NÚMERO da questão a que está a responder.

Grupo I (total: 5 valores)

Classifique as seguintes afirmações como verdadeiras ou falsas. Na folha de prova inscreva o número da afirmação e à frente coloque V (verdadeira) ou F (falsa).

1. A Peste Negra chegou à Europa em navios vindos da América.
2. Os conflitos entre os reinos de Portugal e Castela, no último quartel do século XIV, não podem ser enquadrados na Guerra dos Cem Anos.
3. A dinastia de Avis combateu activamente a formação de casas senhoriais.
4. A conquista de Ceuta foi relatada pelo cronista Gomes Eanes de Azurara.
5. Desde a conquista de Ceuta o objectivo da expansão ultramarina foi atingir a Índia contornando a África.
6. Os Portugueses rapidamente tomaram conta da produção açucareira que já existia no Brasil aquando do seu desembarque no território.
7. A Monarquia Absoluta caracteriza o Portugal do século XVIII.
8. As duas vagas de invasões francesas, ocorridas entre 1804 e 1806, obrigaram à retirada imediata das tropas inglesas do nosso país.
9. A Vilafrancada foi um golpe contra-revolucionário, desencadeado por D. Pedro, com o intuito de levar os liberais ao poder.
10. A Carta Constitucional de 1826 previa a existência de quatro poderes: o legislativo, o executivo, o moderador e o judicial.

Grupo II (7,5 valores no total - 2,5 valores por cada questão).

Responda a uma das questões de cada alínea (A, B e C):

A)

1. Refira-se sucintamente às relações políticas e diplomáticas entre Portugal e Castela nos séculos XIV e XV.
2. Elabore um panorama breve da chamada crise dos séculos XIV e XV em Portugal.

B)

1. A expansão ultramarina terá sido um episódio da História de Portugal ?
2. Exponha a importância do Brasil na economia portuguesa do século XVII.

C)

1. Explique as razões que justificaram o pronunciamento militar de 1820.
2. Descreva a situação económica e político/diplomática que se viveu em Portugal nos primeiros anos do reinado de D. Carlos.

Grupo III (7,5 valores)

Analise e comente um dos seguintes textos:

1.

“Repita-se que é impossível dissociar na génese dos Descobrimentos, os motivos espirituais dos meramente utilitários; e de entre os primeiros considerar apenas o aspecto religioso. Será desde logo e também apoucar o horizonte histórico. Se é certo que num escol restrito de pensadores, ao conceber a ideia de expansão, se pode presumir dominassem as razões de carácter espiritual, sem nunca, aliás, se perderem de vista as necessidades económicas, é certo haverem estas, de preferência, convencido e impulsionado as grandes classes, em conjunto, e mais aquelas que consentiram ou realizaram a grande empresa. É no seu complexo de causas que tem de se estudar os objectivos da empresa nacional.”

Jaime Cortesão, *A expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975, p. 61.

2.

“Parte da produção de Portugal derivava da indústria, a grande novidade de finais da centúria de Seiscentos. As doutrinas económicas do *mercantilismo* favoreceram o surto de indústrias nacionais com intuítos de exportação e assim de conseguir ouro e equilibrar a balança de comércio. [...]

O desenvolvimento do comércio e da indústria dependeram, em grande parte, da adopção de uma política económica consciente, que foi em geral seguida nos finais do século XVII e durante todo o século XVIII.”

A.H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1995, pp. 355 e 359.

3.

“O posicionamento português no conflito era globalmente inseparável da defesa do património colonial. As ambições germânicas sobre esse domínio eram conhecidas. Até à guerra, a Alemanha aceitara regulá-las negocialmente com a Inglaterra. Desencadeada aquela, as possessões portuguesas em África ficavam expostas directamente à acção militar dos alemães. Eventualmente também, uma vez terminadas as hostilidades, entre as potências — o que, acreditava-se, ocorreria em breve —, à acção diplomática dos contendores. Ninguém tinha dúvidas de que a política externa portuguesa tinha de ser conduzida contra o interesse estratégico enunciado pelos germânicos para a África.

Aqui findava, no entanto, a unanimidade política nacional, dentro e fora do Parlamento”.

Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, coord., *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009, p. 114.